



**PUC/SP**



**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo · FAPESP**  
**Programa de Pesquisas em Políticas Públicas**

**Projeto**

**Dinâmica Social, Qualidade Ambiental e  
Espaços Intra-urbanos em São Paulo:  
Uma Análise Socioespacial**

**Relatório Processual da Fase 1**

## *Apresentação*

Este relatório processual em conjunto com o relatório de resultados dá uma visão geral sobre o trabalho de pesquisa realizado pela equipe interdisciplinar da PUC/São Paulo, do INPE e do Instituto Pólis nestes últimos seis meses. Explica os posicionamentos conceituais do trabalho e situa os resultados dentro do panorama atual dos estudos sociais urbanos.

Na primeira parte, trata de esclarecer os pontos levantados pelo consultor científico da FAPESP. Na segunda, apresenta as bases conceituais do trabalho dentro das diversas disciplinas que permeiam a pesquisa.

## 1. ACLARAMENTO DAS QUESTÕES APRESENTADAS PELO CONSULTOR DO PROJETO

### Considerações sobre o Projeto

Em seu parecer inicial, a assessoria científica da FAPESP apresentou um conjunto de considerações sobre a metodologia do projeto, em especial sobre o uso de técnicas de geoprocessamento, a saber:

*“Não está claro se o geoprocessamento significará avanços nas formas de mapeamento empregadas até hoje em dia, pois a metodologia do mapa de exclusão social já teve sua aplicação comprovada pela publicação da obra pela própria coordenadora”.*

Em resposta a estas observações, cumpre ressaltar que os resultados apresentados na Fase 1 do projeto indicam que as técnicas de Geoprocessamento tem contribuição relevante, como se pode depreender dos resultados obtidos, resumidos brevemente a seguir.

Um das importantes resultados da fase 1 foi a constatação da necessidade de diferentes formas de representação do espaço geográfico. A idéia de "topografia social", representada principalmente por superfícies de tendência computadas a partir dos dados socioeconômicos, propõe uma nova maneira de expressar a dimensão espacial das desigualdades. Consideramos que, na fase 2 do projeto, com a pretendida utilização de dados de setores censitários, a produção de superfícies de tendência será uma técnica imprescindível para evitar uma excessiva fragmentação da análise. Esta fragmentação seria causada pelos limites arbitrários dos setores censitários, que são polígonos desenhados com uma preocupação operacional e que não necessariamente refletem a rugosidade espacial dos fenômenos considerados.

Adicionalmente, os estudos estatísticos realizados na fase 1 do projeto sobre a sensibilidade de variáveis componentes dos índices de exclusão/inclusão social apontam para uma técnica quantitativa muito útil para complementar nossa compreensão do processo de exclusão social. Será muito importante, na fase 2 do projeto, reproduzir para o caso de São Paulo, os estudos já realizados em São José dos Campos, que indicaram que a educação dos chefes de família como a variável com maior relação com os indicadores de exclusão/inclusão social.

Finalmente, os estudos de estatística espacial realizados na Fase 1 apontam para a capacidade de usar os indicadores de exclusão/inclusão social como suporte a processos de regionalização, não apenas identificando bolsões ("clusters"), nas quais a exclusão (ou inclusão) se manifesta espacialmente de forma diferenciada, mas ainda indicando diferentes regimes espaciais na cidade. Estes regimes espaciais correspondem a regiões em que as correlações entre as variáveis ocorrem de maneira distinta, como mostrado no trabalho "Mapping Social Exclusion/Inclusion in Developing Countries: Social Dynamics of São Paulo in the 90's".

Todos estes resultados só puderam ser obtidos em função do uso de técnicas de Geoprocessamento, que permitiram ampliar o escopo e a aplicabilidade dos resultados produzidos pelo Mapa de Exclusão/Inclusão Social de São Paulo.

### **Instituição Parceira**

Em seu parecer, a assessoria da FAPESP indicou que a contrapartida da instituição parceira (POLIS) não estava clara. Na realidade, ao longo da fase 1, a equipe do POLIS deu duas contribuições fundamentais:

- Apoio logístico e técnico na produção do Mapa da Exclusão/inclusão Social/2000: dinâmica social dos anos 90, com participação na coleta de dados, produção de indicadores e análise dos resultados.
- Suporte ao processo de disseminação e reprodução dos resultados do projeto;

Ao longo da Fase 1 do projeto, os resultados do Mapa-1995 e do Mapa-Anos 90, acoplados as novas gestões municipais eleitas em 2000, tem resultado em substancial demanda para reprodução destes resultados em diferentes municípios do estado de São Paulo e em outros estados. Para ter sucesso neste processo de disseminação da metodologia, a competência e a experiência do POLIS são fundamentais.

### **Transferência de Conhecimento**

A assessoria também questionou o papel da SVMA como multiplicadora dos conhecimento gerados. Atualmente esta secretaria vem trabalhando na elaboração do atlas ambiental de São Paulo, que objetiva territorializar indicadores socioambientais da cidade. Neste sentido, há uma estreita ligação com este projeto. Na realidade, após a eleição de 2000, tanto a SVMA como diversas secretarias do município de São Paulo (SEMPLA, Secr. Educação, Secr. Saúde) tem tido substancial interesse nos resultados do projeto, já tendo sido realizadas várias reuniões técnicas com equipes destas secretarias que se dispuseram a compor parcerias com a equipe deste projeto na compatibilização e compartilhamento dos bancos de dados.. A Prefeitura de São Paulo vem usando o Mapa de Exclusão/Inclusão Social para implementar políticas públicas, como no caso da implantação do programa de renda mínima do município. Deste modo, esperamos que tanto a SVMA como as demais secretarias da Prefeitura sejam efetivas multiplicadoras e usuárias do Mapa, a partir dos resultados da Fase 2 do projeto.

### **Formação de Quadros**

Na proposta da Fase 1, não ficava claro como as atividades de curso estavam ligadas ao projeto. Na proposta da Fase 2, a montagem de um Centro de Estudos Territoriais de Desigualdades Sociais é uma forma de criar um local específico para formação de quadros técnicos, com atividades de especialização e pós-graduação. Isto permitirá multiplicar o impacto dos resultados.

## **2. CATEGORIAS FUNDAMENTADORAS DA PESQUISA**

Esta segunda parte do relatório se detêm na análise de algumas categorias fundamentadoras da pesquisa:

- A primeira delas é o marco urbanístico em que se fundamenta a construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social onde se analisa o padrão segregatório da urbanização brasileira.
- A segunda categoria se dedica ao exame da consolidação conceitual do Mapa com destaque ao referenciamento do conceito de exclusão à inclusão social, a heterotopia de inclusão social e o padrão básico de inclusão social.
- A terceira categoria é a consolidação técnico-operativa onde se analisa a possibilidade de uso do geoprocessamento como uma ferramenta capaz de demonstrar a relação entre os índices de exclusão social e a base territorial das cidades. Este exercício operativo permitiu objetivar o suporte tecnológico necessário para consolidar um banco de dados compatibilizando os dados já disponíveis no Mapa de 1995 com novas bases de dados incorporadas na pesquisa.
- A quarta categoria é a consolidação metodológica: construção de indicadores; e a percepção de outras escalas territoriais intra-urbanas.
- A quinta categoria que opera o trânsito entre a primeira e a segunda fase que é a topografia social.

### **2.1. O MARCO URBANÍSTICO DO MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL**

#### **O padrão segregatório da urbanização brasileira**

A urbanização brasileira no decorrer do século XX, ocorrida em várias partes do país mas principalmente na fachada litorânea, construiu uma longa história de

divisões socioterritoriais entre diferentes partes de uma mesma cidade. Tais divisões intra-urbanas são produtos do padrão segregatório que conduziu a formação das cidades de diferentes tamanhos, mais gravemente nas grandes metrópoles e nas cidades médias que, nas últimas décadas, registraram significativo crescimento populacional e territorial nas suas periferias.

O padrão de urbanização segregatório foi impulsionado principalmente a partir de meados do século XX com a abertura da economia brasileira para a entradas das multinacionais, notadamente do setor produtivo de bens duráveis como eletrodomésticos e automóveis. Vale lembrar que, no período em que o capitalismo fordista domina a economia mundial, o setor automobilístico é dos mais estratégicos na medida em que é capaz de criar várias ramificações econômicas incorporando linhas complementares de produção voltadas para a fabricação de componentes usados na montagem dos automóveis.

No Brasil, esse processo é evidente nas áreas onde se constituíram os pólos da indústria automobilística na periferia das nossas maiores metrópoles: São Paulo e Rio de Janeiro. Na metrópole paulistana o melhor exemplo ocorreu nas áreas de desenvolvimento industrial que se formaram na região do ABC paulista, que reúne os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, onde se instalou um conjunto significativo de empresas nacionais voltadas para a produção de autopeças que eram fornecidas para as grandes montadoras de automóveis como a Ford, Volkswagen, Mercedes Benz etc. Desse exemplo local pode-se deduzir a importância do setor automobilístico para a expansão do capitalismo na periferia do sistema.

Contudo, esse modelo de expansão do capitalismo dirigido pelos investimentos do Estado foi basicamente concentrador de riquezas e reproduzidor das profundas desigualdades sociais herdadas do período colonial constituindo um traço essencial de formação da sociedade brasileira. Com o desenvolvimento industrial, a proposta de fazer o bolo crescer para depois repartir socialmente as benesses desse desenvolvimento foi um engodo nacional. A economia cresceu, principalmente durante os anos do "milagre brasileiro" entre 1968 e 1973, mas a riqueza produzida socialmente nunca foi distribuída ficando, a sua maior parte, detida nas mãos dos

poucos poderosos que compõem a elite política e econômica do país. Nesse período, a economia brasileira cresceu a uma taxa média de aproximadamente 10% ao ano demonstrando um ritmo acelerado de investimentos e produção.

Todavia, se de um lado a riqueza ficou concentrada, de outro os prejuízos foram largamente socializados na medida em que contaram com a cobertura dos recursos públicos usados na prestação de favores e na manutenção e liquidação de empresas ineficientes. O modelo de desenvolvimento que norteou esse crescimento econômico acentuou a contenção salarial da classe trabalhadora, a distinção do moderno setor urbano-industrial com relação à agricultura arcaica e a internacionalização da produção de mercadorias seguindo os padrões de consumo das camadas de renda mais alta.

Nessa fase do capitalismo brasileiro dirigido pelo Estado desenvolvimentista, a urbanização teve um papel fundamental como base para o funcionamento das indústrias e como o lugar de concentração da força de trabalho e do mercado consumidor. O padrão de urbanização vigente nesse período, baseado nos processos de segregação social dos trabalhadores alojados em periferias precárias, serviu como instrumento de dominação das camadas mais poderosas. Os mecanismos de produção da segregação social servem basicamente para garantir o domínio sobre os grupos sociais de rendimentos mais baixos.

As áreas periféricas das cidades, geralmente produzidas ilegalmente, distantes das áreas de emprego, desequipadas, sem escolas, creches, postos de saúde, hospitais, clubes, museus, teatros, parques, praças e sem infra-estrutura urbana básica de saneamento, foram ocupadas pelos trabalhadores e o então chamado exército industrial de reserva, principalmente na metrópole paulistana que se posiciona como o principal pólo de desenvolvimento do país.

A segregação dos grupos menos aquinhoados nas periferias urbanas resultam de uma disputa social pelas localizações urbanas mais beneficiadas que facilmente tornam-se elitizadas devido a duas razões:

- primeiro pela ausência de uma política urbana capaz de promover o acesso regulado à terra, subsidiando moradias para os trabalhadores e controlando a ação dos especuladores imobiliários cuja ação produz uma grave

desarticulação na estrutura intra-urbana trazendo desfuncionalidades que prejudicam o dia a dia da população como um todo;

□ segundo pela aquiescência do Estado com a urbanização clandestina periférica, apesar da existência de leis federais que regulamentam o parcelamento do solo urbano desde 1937.

O processo de segregação socioespacial, como bem coloca Flávio Villaça, é a base da estruturação intra-urbana das cidades brasileiras principalmente das metrópoles. Hoje sabemos que as cidades médias, com população em torno de 500.000 habitantes, também estão se estruturando segundo o mesmo processo criando estruturas intra-urbanas marcadas pela desigualdades sociais e discrepâncias territoriais. O resultado desse processo é a ocorrência, nessas cidades médias, de problemas urbanos similares àqueles encontrados nas grandes cidades metropolitanas como a violência, a periferização precária, a ilegalidade na abertura de loteamentos etc. As implicações trazidas por esses problemas amplia a margem para o clientelismo político e encarece a oferta de serviços urbanos devido à extensão horizontal da área urbanizada entravando algumas ações da administração pública.

Por mais reiterativo que possa parecer continuar chamando a atenção para o antigo problema das desigualdades sociais brasileiras, é fundamental reafirmá-la seguidamente pois ainda somos um dos campeões mundiais de concentração de renda. Os problemas sociais que compõem o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro, viabilizado pelos investimentos públicos nas indústrias de base como as siderurgias, em infra-estruturas para geração de energias, em vias para a circulação de mão-de-obra, matérias-primas e mercadorias, dentre outros, continua na nossa agenda política como um legado irresolvido. O Estado brasileiro continua voltado para a atualização da nossa posição periférica no sistema capitalista mundial e a distância entre ricos e pobres continua aumentando. Por isso ainda é necessário colocar a pauta das desigualdades sociais nos debates públicos e nas propostas políticas. Desigualdades que estão se reproduzindo a partir de novos mecanismos de exclusão social que necessitam urgentemente ser analisados e combatidos.

## 2.2. CONSOLIDAÇÃO CONCEITUAL

### O conceito referencial de exclusão/inclusão Social

Um dos debates fundamentais sobre a questão da construção de medidas de exclusão/inclusão social ocorreu durante a apresentação do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo em seminário promovido pelo Banco Mundial em Washington PREM Week – 1998 – The Challenge of Inclusion in a Competitive World.<sup>1</sup> Mais particularmente na mesa cujo tema de debate foi **Social Exclusion: A Meaningful Concept for Bank Operations?** na qual Aldaíza Sposati contribuiu com a exposição: **Social Exclusion in São Paulo, Brazil: The Concept in Action.**

A questão levantada por economistas daquela instituição e alguns participantes centrou-se na viabilidade de um lado em se medir a exclusão/inclusão social, e de outro em distinguir tal concepção do conceito de pobreza, principalmente de pobreza relativa. No caso, a indagação foi a de estarmos ou não reproduzindo o coeficiente GINI.

De certo modo pode-se dizer que a medida da exclusão social está no contexto do coeficiente GINI considerando que ambos se situam no âmbito das desigualdades sociais. Todavia, o coeficiente de GINI procura medir somente as desigualdades de renda enquanto que os processos de exclusão social são multidimensionais e mais complexos do que simplesmente a privação de renda. Esse caráter multidimensional dos processos de exclusão social envolve necessariamente a dimensão cultural, histórica e social fazendo com que seja necessário extrapolar os limites conjunturais para se compreender a exclusão social de um modo mais abrangente.

Além do mais, deve-se considerar a insuficiência do coeficiente de GINI cuja variação de 0 a 1 mede a distribuição de renda sem incorporar a significação social dos rendimentos. A exemplo, podemos citar a grande população da Índia, que já atingiu a marca de 1 bilhão de pessoas, vive em condições de extrema pobreza.

---

<sup>1</sup> A sigla PREM diz respeito aos grupos de técnicos do Banco Mundial que trabalham com o setor público sob o tema **Poverty Reducion & Economic Management (PREM)**.

Todavia, seu coeficiente de GINI próximo de 1 nos ilude indicando que a renda na Índia é bem distribuída quando, na verdade, o que é bem distribuído na Índia é a larga pobreza existente.

Nesse sentido, os indicadores de exclusão/inclusão social vão além do coeficiente de GINI, apesar de também medirem as desigualdades em uma dada realidade social. Os indicadores do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, por serem territorializados, procuram captar algumas dimensões das condições de vida dos indivíduos considerando também as medidas do lugar em que vivem.

Além dos indicadores compostos de exclusão/inclusão social, o Mapa da Exclusão/Inclusão Social procura medir os diferenciais sociais e as discrepância territoriais através do Índice de Discrepância - **IDI** que procura estabelecer um grau de aproximação com as condições concretas de vida da população nos diferentes territórios de uma cidade. Esse índice traduz, quantitativamente, os contrastes sociais entre os territórios intra-urbanos da cidade. Obviamente, esses contrastes podem ser percebido em um simples passeio atento através dos bairros periféricos, áreas comerciais, de serviços, áreas centrais, pelas ruas, avenidas, ferrovias etc. Mas a força do Índice de Discrepância está justamente em demonstrar a desproporcionalidade, o desequilíbrio, o tamanho das desigualdades socioterritoriais existentes no interior dessa cidade.

Esta perspectiva de análise sobre os processos de exclusão/inclusão social que vincula território e cidadania permite o diálogo científico com Amartya Sen e com Milton Santos e suas teorias sobre o lugar e a dinâmica da realidade no desenvolvimento humano. Permite ainda dialogar com as teorias de exclusão social distinguindo-a da concepção de pobreza.

A pobreza é, por si só, um conceito apartador na medida em que analisa as condições de um segmento social estabelecendo graduações internas nesse segmento instaurando um raciocínio que se movimenta girando em torno de si mesmo. A análise sobre a pobreza referencia-se na própria pobreza sem discutir, em momento algum, o que seria a riqueza. Contextos de alta desigualdade social e complexos mecanismos de exclusão social, como é o caso brasileiro, exigem medidas de

diferenciais com maior refinamento a fim de corresponder com maior fidedignidade ao processo social em curso.

No caso do Brasil o conceito de exclusão social construído por intelectuais franceses como Robert Castel e Serge Paugam, que se centram no processo de destituição e desfiliação social, embora significativos para realidades nas quais o pacto de cidadania tendem à universalidade, apresenta algumas incompatibilidades e insuficiências.

O conceito de quem são os excluídos não é plenamente generalizável, pois isto exige verificar em cada sociedade o que é a inclusão social e quem são os incluídos. O conceito é deste modo mais abrangente do que o de pobreza, cujo contraponto é a riqueza, o que significa a capacidade de apropriar-se e reter bens, enquanto a pobreza é a desapropriação e o não acesso a bens e serviços. A questão econômica e o corte da renda é fundamental na pobreza, enquanto a exclusão supõe, além deste, outros elementos.

Pairam dúvidas se a concepção de exclusão social é mais acadêmica, interpretativa, e com isto sendo pouco utilizável para programas de alteração da realidade. Consideramos que ocorre um certo economicismo nesta leitura. De fato, tradicionalmente a pobreza, principalmente a absoluta, tem centralidade na renda per capita e no padrão de distribuição. A concepção de pobreza relativa, ao fundar-se na concepção de riqueza social, traz elementos sobre a redistribuição dos bens construídos por uma sociedade. Neste sentido, a exclusão social se aproxima da noção de pobreza relativa.

Há os que consideram também como excluídos os indigentes e os miseráveis, todavia esta é uma visão restrita da exclusão social e similar à noção de pobreza absoluta. Enquanto a concepção de pobreza é milenar e naturalizada, a concepção de exclusão social indica um processo histórico, portanto, a decisão por uma determinada conduta excludente e não por outra includente. A exclusão traz o foco maior sobre processos e não tanto para os resultados.

## **A heterotopia da inclusão social**

Abordar os processos de exclusão social que estão ocorrendo em várias cidades brasileiras, exige, antes de mais nada, a construção de utopias voltadas para a inclusão social. Não basta constatar a existência da exclusão social, é preciso discuti-la criando referências e instrumentos para a sua superação. Desse modo, é preciso criar e fortalecer ações que abram, ampliem e democratizem acessos às condições de vida que reúnem atributos públicos e privados básicos através dos quais os indivíduos e as coletividades possam realizar as suas capacidades humanas intrínsecas na vida social.

Isso implica em minimizar o sofrimento humano produzido pelas interdições e obstruções no acesso a tais condições de vida provocados pelos processos de exclusão social. Considerando os transtornos subjetivos provocados por esse sofrimento, uma abordagem dinâmica e processual sobre a exclusão e inclusão social deve ter sempre no horizonte a realização da felicidade humana.

Os territórios de vida, de acordo com os diferentes graus de exclusão ou inclusão social, de acordo com a quantidade de interdições de acessos sociais, possuem maiores ou menores potencialidades para o desenvolvimento humano, para a melhoria na qualidade de vida, para o fortalecimento da autonomia coletiva, da equidade social e da democracia. No Brasil, as cidades são verdadeiras concentrações de problemas de diversas ordens, mas possuem também as maiores fontes de potencialidades que são os atores coletivos e individuais.

Nesse sentido, a construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de uma determinada cidade é um processo político que busca construir múltiplas referências baseadas nas discrepâncias intra-urbanas existentes na realidade local. Tais referências podem balizar diversas ações de curto, médio e longo prazos encaminhadas para a concretização da inclusão social nas suas diversas dimensões. A construção técnica de uma análise baseada em indicadores socioterritoriais intra-urbanos deve servir como o disparador de uma articulação ampla de atores sociais em torno de um pacto socioterritorial pela inclusão social.

Como se sabe, as políticas públicas implementadas no interior da sociedade brasileira não se pautavam pela repartição democrática dos benefícios sociais, pela eliminação das injustiças e iniquidade sociais. Ao longo da nossa história moderna não vivemos a experiência de um Estado cujas ações se baseassem num sentido público voltado para a universalização dos direitos sociais.

O Estado brasileiro nunca esteve voltado para a provisão democrática de serviços coletivos como, por exemplo, infra-estrutura de saneamento básico, saúde, educação, moradia, equipamentos de lazer e cultura, espaços públicos etc. Desse modo, nunca vivemos a experiência da inclusão de todas as camadas sociais, principalmente daquelas com menos renda, no acesso aos serviços coletivos de interesse público e em um sistema de seguridade social universal que minimizasse as vulnerabilidades dos grupos mais expostos aos impactos produzidos pelas crises estruturais.

No Brasil, não chegamos nem perto de viver a experiência da inclusão social democrática e universal já que nossa história foi constantemente marcada pela exclusão das camadas populares dos acessos aos benefícios socialmente produzidos.

Dessa forma, a construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, ao referenciar-se fundamentalmente na inclusão social, possui uma dimensão utópica e pedagógica que procura consolidar a superação da exclusão social como um valor de interesse público. É preciso aprendermos, concretamente, a importância de viver em uma sociedade incluyente para que possamos fortalecer as ações públicas, governamentais e não-governamentais, capazes de criar as condições de vida que possibilitam a atualização constante das potencialidades humanas.

Assim, a democratização das informações sobre a realidade socioterritorial e política das cidades é de suma importância para o enraizamento da inclusão social não somente na racionalidade mas também na subjetividade humana. É preciso ter o conhecimento e constituirmo-nos como sujeito da inclusão social. Esse enraizamento é fundamental para a expansão e fortalecimento da cultura e de um modo de vida socialmente incluyente.

O artifício metodológico para a construção da relação exclusão/Inclusão social parte da concepção da inclusão como uma heterotopia isto é, ela supõe a

objetivação de um conjunto de utopias que situam o lugar da inclusão social. A primeira proposta do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo realizada em 1995 foi referenciada em quatro utopias. A discussão metodológica desta primeira fase do projeto e a replicação da metodologia em outras cidades, além de São Paulo indicou o desafio de três novas utopias: **democracia, cidadania e felicidade**. A reflexão desenvolvida ao longo desta primeira fase concluiu com a construção de um quadro de utopias que mostra-se da seguinte maneira:

**Autonomia:** o conceito de autonomia é compreendido, no âmbito do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, como a capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas, supondo uma relação na qual o Estado é responsável por assegurar necessidades de satisfação coletivas, mas também, em que o cidadão tem condições de complementá-las com acesso à oferta privada; supõe a possibilidade de exercício de liberdades, tendo reconhecida a sua dignidade, e a possibilidade de representar pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão. Sob esta concepção, o campo da autonomia inclui não só a capacidade do cidadão se autosuprir, desde o mínimo da sobrevivência até necessidades mais específicas, como a de usufruir de segurança social pessoal mesmo quando na situação de recluso ou apenado. É este o campo dos direitos humanos fundamentais.

**Qualidade de Vida:** a noção de qualidade de vida envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente. Sob esta dupla consideração entendeu-se que a qualidade de vida é a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e

participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade.

**Desenvolvimento Humano:** o estudo do desenvolvimento humano tem sido realizado pela ONU/PNUD, por meio do Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH). Com base em suas reflexões, entende-se que o desenvolvimento humano é a possibilidade de todos os cidadãos criarem uma sociedade melhor e desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e de sofrimento; a possibilidade da sociedade poder usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade humana.

**Eqüidade:** o conceito de eqüidade é concebido como o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, eqüidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias etc.

**Cidadania:** é aqui considerada como o reconhecimento de acesso a um conjunto de condições básicas para que a identidade de morador de um lugar se construa pela dignidade, solidariedade e não só pela propriedade. Esta dignidade supõe não só o usufruto de um padrão básico de vida, como ainda a condição de presença, interferência e decisão na esfera pública da vida coletiva.

**Democracia:** a possibilidade do exercício democrático é componente de inclusão local na medida em que esta supõe cidadania e não acesso a renda e serviços, o que coloca as pessoas no patamar da sobrevivência sem alcançar a condição de sujeitos cidadãos.

**Felicidade:** seguramente, o caminho maior da inclusão é a felicidade. Atingi-la supõe muito mais do que a posse, o acesso a

condições objetivas de vida. Ela traz à cena a subjetividade, e nela o desejo, a alegria entre um conjunto de sentimentos em busca da plenitude humana. Vale dizer, uma situação que permita que o potencial das capacidades humanas sem restrições a povos ou pessoas possa se expandir. De cada um, conforme as suas capacidades, e a cada um conforme as suas necessidades.

A conversão dessas utopias em indicadores será o desafio para a segunda fase do projeto. Certamente sua construção exigirá a associação com metodologias qualitativas principalmente para as representações de felicidade. As medidas territoriais de democracia e de cidadania poderão se valer de dados secundários extraídos de novas fontes, como partidos políticos, TRE, conselhos e fóruns de representantes etc.

### **O padrão básico de inclusão social**

Como visto acima, os padrões de urbanização das cidades brasileiras tem se caracterizado basicamente pela produção e reprodução das desigualdades sócio-territoriais entre as partes internas de uma mesma cidade. Não se trata de um processo natural, já que a produção do espaço urbano é fundamentalmente um processo social. Essas desigualdades são produtos das disputas entre os vários grupos sociais, uns com mais outros com menos recursos materiais e políticos para ter acesso à terra urbana. Em geral, dado o padrão segregatório e excludente da urbanização brasileira, as terras menos valorizadas, desequipadas, carentes de serviços coletivos e com maiores riscos socioambientais e acesso físico mais difícil, são destinadas às camadas mais pobres da população. As melhores partes das cidades, as partes mais centrais, ficam para as camadas mais endinheiradas.

A proposta do Mapa da Exclusão/Inclusão Social é inverter esse quadro negociando e pactuando coletivamente um padrão básico de inclusão social que se contrapõe ao padrão de urbanização excludente e segregatório que regeu e continua norteando os processos de formação das nossas cidades. Podemos considerar o padrão básico de inclusão social como sendo o coração do trabalho pois é a partir dele que se determina os vários graus de exclusão e inclusão social existentes nas

diversas partes de uma cidade. Trata-se de uma referência utópica de inclusão usada para medir a exclusão social. Dessa forma, o conhecimento sobre a exclusão social toma como ponto de partida o seu oposto. Esse auto-referenciamento da exclusão na inclusão social, fazendo com que essas duas dimensões sejam indissociáveis, deve aparecer no título do trabalho que não se limita a um mapa somente da exclusão social.

Tal procedimento é pertinente porque, afinal de contas, os grupos sociais de uma cidade estão excluídos do quê? Essa é a pergunta de saída que precisa ser respondida coletivamente ao longo de todo o trabalho. É uma pergunta simples com uma resposta extremamente complexa, como os próprios processos sociais existentes nas cidades atuais. Por causa dessa complexidade, é preciso acolher pontos de vista múltiplos. É preciso construir coletivamente uma resposta àquela pergunta segundo diferentes perspectivas de interesses. Não se trata de construir um consenso. Trata-se de viabilizar um pacto em torno de um projeto coletivo cujo objetivo principal é reduzir e eliminar a exclusão social. Trata-se de pactuar em torno de metas a serem alcançadas para se atingir aquele objetivo. Trata-se de construir referências públicas para serem usadas das mais diversas formas mas principalmente no jogo democrático entre sociedade civil e governo.

O caráter de pacto dado a esse lugar básico de inclusão social permite a construção de uma metodologia democrática e participativa, porque resulta de uma interlocução com diversos agentes, sujeitos individuais e coletivos. Neste sentido, a extensão do padrão de inclusão social é o lugar buscado para todos aqueles que ainda não o alcançaram. Como tal é um lugar histórico, isto é, mutável no próprio movimento da sociedade.

O padrão básico de inclusão social, como essa ferramenta para a construção de um sentido público nas ações governamentais e para a democracia social, não é estático. Varia de lugar para lugar, de cidade para cidade, de contexto social para contexto social. Varia também no tempo. O que foi pactuado como um padrão básico de inclusão social em um dado momento histórico pode não servir em outro momento. Daí a importância de uma compreensão dinâmica do Mapa da Exclusão/Inclusão Social tanto no espaço quanto no tempo.

## 2.3. CONSOLIDAÇÃO TÉCNICO-OPERATIVA

### As escalas intra-urbanas do território

Como visto acima, os processos de exclusão/inclusão social relacionam-se com a capacidade de articulação territorial dos diferentes grupos interferindo diretamente na mobilidade de cada grupo através de diferentes escalas urbanas. O alcance dessa mobilidade define a capacidade de articulação territorial. Nesse sentido, apresenta-se como um desafio para a análise geo-social a introdução de novas unidades territoriais de análise além da base dos 96 distritos utilizada na primeira versão do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo: a **malha de vizinhança** com base nos setores censitários do IBGE e a **malha de planejamento** com base nas zonas da Pesquisa Origem-Destino 1997 do Metro. Vale lembrar que os 96 distritos administrativos, as zonas da Pesquisa Origem-Destino 1997 e os setores censitários do IBGE são compatíveis entre si.

#### *A escala de vizinhança - os setores censitários*

Os últimos Censos Demográficos produzidos pelo Instituto Brasileiro Geográfico Cartográfico - IBGE dividiu a cidade de São Paulo em cerca de 10 190 unidades censitárias. São pequenas áreas da cidade compostas por 3 a 4 quadras em média. A análise dos processos de exclusão/inclusão social nessa escala permite observar micro-relações de vizinhança que podem mostrar as diferentes formas de aparecer da exclusão/inclusão social, que podem ser identificadas pelos próprios atores sociais envolvidos no trabalho, e também as potencialidades sociais capazes de fazer frente aos processos de exclusão social.

#### *As escalas de planejamento - as zonas da pesquisa origem-destino 1997*

A Pesquisa Origem-Destino realizada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo desde 1967 é uma pesquisa domiciliar que se preocupa basicamente em quantificar o número de viagens produzidas em diferentes partes da metrópole paulistana segundo o modo, o motivo e o destino.

A última pesquisa realizada em 1997 se preocupou em ajustar, no município de São Paulo, os limites das suas 270 unidades territoriais aos limites dos setores censitários do IBGE e dos 96 distritos administrativos. Esse ajuste permite incorporar, na segunda fase do projeto, a variável "acessibilidade territorial" nas análises sobre os processos de exclusão/inclusão social. Esse procedimento será importante pois permitirá visualizarmos com maior nitidez a relação entre esses processos com a base física da cidade permitindo estabelecermos critérios para o planejamento intersetorial dos serviços urbanos. A conversão de algumas variáveis de mobilidade no novo Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo viabilizará a construção de uma nova malha de planejamento combinada com os 96 distritos.

#### *As escalas de gestão - Os 96 distritos administrativos*

Em 1991, São Paulo contava com 48 subdistritos e 10 distritos estabelecidos por lei. A consolidação da divisão territorial de São Paulo nos 96 distritos<sup>2</sup> através da lei municipal nº 10 932 de 15/1/91, depois alterada pela lei nº 11 220 de 20/5/92, foi uma das medidas mais importantes para viabilizar uma base para a espacialização dos indicadores de exclusão/inclusão social. São Paulo foi a primeira cidade brasileira, pós-Constituição de 1988, a exercer o direito de realizar o direito de realizar o próprio tratamento intra-urbano. Em conjunto com especialistas do IBGE, Sabesp, Eletropaulo, Correios, secretarias municipais e estaduais, representantes comunitários e dirigentes de serviços públicos, o trabalho consistiu em traçar os limites intra-urbanos baseando-se nos principais marcos físicos, nos diversos conteúdos socioculturais e em outras referências da cidade, circunscrevendo sub-áreas que sejam coerentes com a compartimentalização territorial existente na cidade.

Tais limites são abstratos e definem áreas intra-urbanas. Foram objetos de amplas discussões públicas junto aos vários setores da sociedade civil pois é imprescindível que o desenho dessas áreas incorpore a perspectiva dos moradores da cidade, daqueles que vivem o dia a dia usando, sofrendo ou usufruindo dos

---

<sup>2</sup> Ver SPOSATI, Aldaíza. Cidade em Pedacos. São Paulo: Brasiliense, 2001: 29-36.

diferentes espaços e lugares de interação e identificação das pessoas com o local e com as outras pessoas.

O ajuste da base territorial da cidade com os setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE foi a medida mais importante para a produção da primeira versão do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo em 1995. Esse ajuste permitiu a agregação dos dados do Censo de 1991 segundo os distritos possibilitando um olhar sobre a cidade relacionando a parte com o todo.

Essa base tem sido importante para os diversos setores da gestão pública. Pouco a pouco, os 96 distritos vem dialogando com outras divisões usadas por companhias ou órgãos públicos responsáveis pela gestão dos demais setores da administração como os distritos da saúde, as divisões dos códigos de endereçamento postal, os distritos policiais, as divisões estabelecidas pelas companhias responsáveis pelos serviços públicos etc. Esse diálogo tem sido fundamental para o início de uma experiência intersetorial de gestão pública.

### **Geoprocessamento e a Análise Espacial**

O uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) na construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social trouxe a discussão sobre os alcances e limitações destas ferramentas computacionais em análises socioespaciais intra-urbanas. Neste sentido, é fundamental distinguir entre as capacidades da atual geração de SIG e as limitações inerentes a qualquer representação computacional do espaço geográfico. Assim, apesar de ser essencialmente infactível capturar, num ambiente computacional, todas as dimensões de conceitos geográficos, é importante buscar técnicas que permitam aproximar dimensões parciais destes conceitos. Dessa forma, a consolidação do uso destas ferramentas computacionais na construção do Mapa Exclusão/Inclusão Social impôs o desafio de reconhecer a distância dimensional entre a realidade socioespacial concreta dos espaços intra-urbanos e suas possíveis representações computacionais em ambiente SIG.

O debate tende a recriar a polarização dentro da geografia entre a escola quantitativa e a chamada geografia crítica<sup>3</sup>. Na perspectiva da geografia quantitativa, é preciso construir modelos matemáticos a serem utilizados na análise dos sistemas geográficos; estes modelos, construídos de forma teórica, devem ser verificados e validados com dados de campo a partir de técnicas estatísticas. Neste contexto, o estudo dos padrões de distribuição espacial dos fenômenos (eventos pontuais, áreas e redes) passa a formar uma base para estudos quantitativos do espaço. Porém, muitas vezes, estes modelos imprimem uma extrema simplificação da realidade e são válidos somente dentro das circunstâncias as quais estes foram desenvolvidos. Dessa forma, a ênfase da Geografia Quantitativa no uso de grandezas mensuráveis para caracterização do espaço geográfico passou a ser objeto de fortes críticas. Estas, argumentavam que apesar dos resultados obtidos no estudo dos padrões espaciais, as técnicas da geografia quantitativa não conseguem explicar os processos socioeconômicos subjacentes a estas distribuições, nem capturar o componente das ações e intenções dos agentes sociais. A visão da geografia crítica é ainda motivada pelo contexto de uma diferenciação ideológica. Para os críticos mais extremados, a geografia quantitativa estaria comprometida com uma grande visão ideológica associada à expansão do capitalismo, e os muitos teóricos da geografia crítica tomam por base a filosofia marxista na construção de seus conceitos<sup>4</sup>.

O rápido desenvolvimento dos SIG na última década, de certa forma reacendeu as discussões sobre as análises geográficas quantitativas. A capacidade de armazenamento de grande quantidade de dados e a possibilidade de cruzamento destes vem despertando o interesse para esta tecnologia dentro das mais diversas especialidades e imprimindo uma mudança de postura dos estudiosos, ou o que se convencionou chamar a “Revolução SIG”. Há outros motivos que explicam a evolução e difusão crescente dos SIG. A rápida evolução das chamadas geotecnologias, ou seja, as tecnologias relacionadas à aquisição, armazenamento e manipulação de dados geográficos. As novas plataformas orbitais de sensoriamento

---

<sup>3</sup> Ver Moraes, A. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo, Hucitec, 1995.

<sup>4</sup> Ver Câmara et. al. **Fundamentos Epistemológicos do Geoprocessamento**, [http://www.dpi.inpe.br/gilberto/artigos\\_nacionais/epistemologia](http://www.dpi.inpe.br/gilberto/artigos_nacionais/epistemologia)

remoto, novas tecnologias digitais em aerolevanteamento, o GPS (Sistema de Posicionamento Global) capaz de atingir precisão centimétrica associados ao desenvolvimento de *softwares* e *hardwares* cada vez mais sofisticados são alguns dos recursos dentro deste campo da tecnologia que vem tornando o acesso a informações georreferenciadas muito mais efetivo.

A apropriação desta tecnologia na elaboração do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo significa uma importante iniciativa deste trabalho. O enfrentamento das limitações e a identificação das potencialidades da utilização de SIG em análises socioespaciais foi sem dúvida, um dos aspectos chave perseguido pela equipe multidisciplinar de pesquisadores envolvida no projeto. O suporte computacional trouxe, além da possibilidade de montagem de um banco de dados geográfico da Cidade de São Paulo, a possibilidade de processamento destas informações objetivando novas maneiras de olhar a Exclusão/Inclusão Social na cidade. O processo de incorporação desta ferramenta é gradual, e já demonstra grande potencial. A aplicação desta tecnologia para estudos socioespaciais intra-urbanos está se difundindo e deverá, cada vez mais, ser objeto de estudos específicos mais profundos.

#### *Técnicas matemático-computacionais*

Além dos processamentos de álgebra relacional usuais em SGBD para recuperação e cruzamento de dados tabulares para a construção dos índices compostos, o trabalho avançou em experimentações na manipulação de dados através de técnicas de Análise Espacial. Dentro das técnicas de Análise Espacial foram trabalhados os métodos de cálculo de autocorrelação local e a construção de campos de variáveis ou superfícies de tendência. A autocorrelação espacial se caracteriza quando há uma dependência espacial do desvio do valor do atributo analisado em relação à sua média. Esta técnica aplicada sobre dados cadastrais poligonais tem a propriedade de captar padrões de agrupamentos de variáveis que apresentem dependência espacial. A construção de superfícies de tendência, ao contrário dos mapas de polígonos (coropléticos), busca representar o fenômeno geográfico de forma contínua, rompendo com os limites rígidos das representações

poligonais e assim possibilitando a visualização das variáveis como um campo de variáveis, algo que se aproxima de uma topografia de variáveis.

### *Dados, informação e conhecimento*

O aspecto fundamental para que se delimitem os alcances e limitações do uso de Geoprocessamento em análises socioespaciais pode ser identificado a partir da diferenciação dos termos dados, informações e conhecimento. Estes três termos, muitas vezes aplicados sob o mesmo significado, são em sua essência diferentes. Assim, dizemos que o acesso a grandes quantidades de dados não garante que se tenha acesso a informação, da mesma forma o acesso a informação não significa obrigatoriamente a formulação de um conhecimento. A relevância desta discussão esta na base da questão de posicionamento dos pesquisadores frente a esta tecnologia. A aplicação destas técnicas requer duas condições básicas que resultam do caráter transdisciplinar do Geoprocessamento: o entendimento prévio do fenômeno geográfico observado e o profundo domínio das técnicas matemáticas aplicadas. A transição entre representações numéricas, pois o computador é em sua essência matemática, e a capacidade de decodificação destes signos em informações reconhecíveis é a ponte necessária para o correto manuseio destas ferramentas. Neste sentido, a configuração multidisciplinar da equipe tem gerado debates internos durante os seminários de trabalho extremamente criativos e instigantes.

Para exemplificarmos um pouco a distância dimensional entre estes três níveis citamos o interessante trabalho de Setzer<sup>5</sup>. Dados são seqüências de símbolos quantificados ou quantificáveis. Um exemplo é o texto. O texto é um dado. Mais especificamente, letras e caracteres são símbolos quantificados. Na medida em que há um número finito deles, qualquer alfabeto pode ser, sob este aspecto, considerado um sistema numérico. É importante ressaltar que qualquer texto, em qualquer língua, mesmo que incompreensível se constitui um dado. Desse modo, dados são entidades necessariamente matemáticas, puramente sintáticas. O processamento de dados em computadores são manipulações puramente estruturais destes dados,

---

<sup>5</sup> Ver Setzer, V. **Data, Information, Knowledge and Competency** – <http://www.ime.usp.br/~vwsetzer>

realizada através de programas. Estes, sempre são funções matemáticas, e por este motivo, também “dados”.

Informação é uma abstração informal pessoal, que tem alguma significação àquela pessoa, ou seja, não pode ser formalizada simplesmente a partir de lógica ou teoria matemática. Apesar de não ser uma definição no sentido estrito da palavra, uma vez que não se pode definir muito claramente “alguma”, “significação” e “pessoa”, esta caracterização do termo informação está relacionada a uma interpretação intuitiva destas. Se a representação de alguma informação se dá através de dados, estes podem ser armazenados em um computador. Porém, deve estar claro que o que se armazena são dados e não informações. O acesso a informação depende necessariamente da percepção do usuário, da interpretação de um determinado conjunto de dados. Não é possível processar informação sem antes reduzi-la a dados. A distinção fundamental entre dado e informação é aquela onde o primeiro é uma entidade puramente sintática e a segunda implica em semântica, em significado. Conhecimento, por sua vez, é caracterizado por um nível de abstração interna mais profundo, relacionado a experiências de cada indivíduo. Nesta concepção, ele não pode ser descrito em sua totalidade apenas intuído.

Dentro do escopo desta pesquisa, a exclusão/inclusão social intra-urbana, o salto dimensional entre a realidade nua e crua das nossas cidades e a tela do microcomputador, com tabelas e mapas coloridos é gigantesco. O Mapa da Exclusão/Inclusão Social é pioneiro neste esforço teórico transdisciplinar e, neste sentido, têm muito a contribuir.

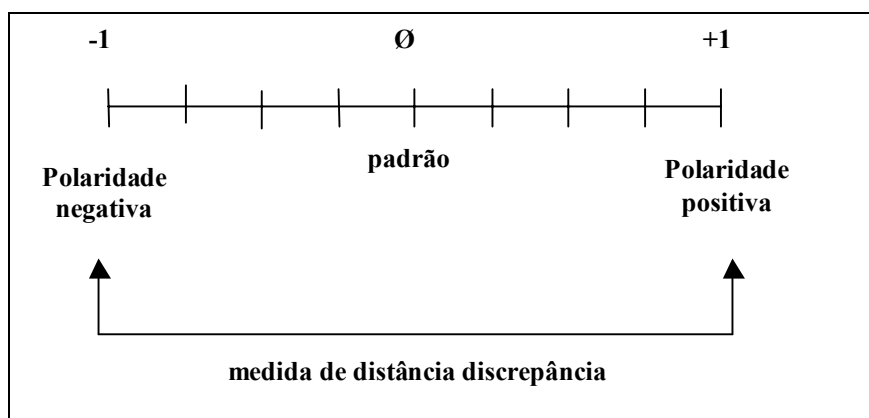
## **2.4. CONSOLIDAÇÃO METODOLÓGICA**

### **Construção de Indicadores de Exclusão/Inclusão Social**

A experiência do Mapa da Exclusão/Inclusão Social em construir indicadores intra-urbanos é pioneira no Brasil e, de tudo que conhecemos e analisamos, seguramente uma inovação na discussão da qualidade de vida do ponto de vista mundial. A territorialização da cidade de São Paulo em distritos administrativos,

condição obtida a partir da Constituição de 1988 para os municípios, foi sem dúvida fundamental, pois permitiu que os resultados do Censo 1991, do IBGE fossem apresentados distritalmente sem qualquer solicitação especial.

A metodologia, para além da distância entre as polaridades de pior e melhor situação, capta a medida da discrepância desenvolvida pela metodologia do Mapa é ao mesmo tempo a explicitação das distâncias sociais, das desigualdades sociais para além da renda. A essa medida soma-se o grau de convergência (e de distância negativa e positiva) do padrão básico de inclusão.



A incidência das variáveis de exclusão e de inclusão social são agregadas por quartis entre o padrão de inclusão e a polaridade negativa e a positiva. Esta ferramenta de análise permite transpor a incidência das variáveis por notas distribuídas nos quartis. Há portanto uma tendência em considerar como melhor qualidade de vida as situações com maior homogeneidade/convergência ao padrão básico de inclusão. Isto significa que a metodologia dá menor valor as polaridades.

### **Variáveis explicativas da exclusão/inclusão social**

A experiência realizada em São Paulo no ano de 1995 permite dizer que é possível medir a exclusão/inclusão social. O mais difícil é obter dados censitários e

cadastrais compatíveis que compreendam as várias dimensões dos processos de exclusão/inclusão social abrangendo toda a população. É preciso estimular a produção de dados que possibilitem medir os vários graus de exclusão/inclusão social.

É necessário também rever alguns conceitos que referenciam a produção de dados sociais no Brasil. Trata-se de processos novos que não são captados nas pesquisas por causa de referenciais antigos. A exemplo, verifica-se a necessidade de incluir na pesquisa censitária do IBGE a coleta de informações sobre os moradores de rua que, por não serem domiciliados, não são reconhecidos no Censo Demográfico.

O conceito de favela usado pelo IBGE é outra revisão necessária. O IBGE considera somente os núcleos com mais de 50 domicílios. As favelas mais atuais são menores, contratando com os grandes aglomerados cariocas. Esse descompasso tem provocado sérias distorções em realidades urbanas como a da cidade de São Paulo cujas favelas, em sua grande maioria, possui mais de 50 domicílios.

Mesmo com esses apontamentos, deve-se ressaltar a importância dos dados censitários de 1991 usados para medir a exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo. Deve-se ressaltar também a importância dos dados locais originários de cadastros e outras fontes municipais como os órgãos técnicos e as secretarias. Em sua primeira experiência, a metodologia do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo construiu um banco de dados que permitiu trabalhar com 49 indicadores. Uma das questões metodológicas desta primeira fase foi a de responder se existem ou não possibilidades de redução do número de variáveis para o exame da exclusão social. Haverá um conjunto de variáveis explicativas capazes de produzir resultados confiáveis para o IEX – Índice de Exclusão/Inclusão Social? Há variáveis determinantes neste conjunto?

A resposta a essa questão depende da realização de alguns testes complementares que serão realizados na continuidade do projeto. Como primeira aproximação teórica, chegou-se a uma classificação inicial dos dados necessários para analisar os processos de exclusão/inclusão social: os dados populacionais e os dados territoriais.

### *Dados Populacionais - A Medida das Pessoas*

Os dados populacionais indicam a medida das condições de vida e do desenvolvimento das pessoas. São constituídos basicamente pelos dados demográficos produzidos pelo IBGE. Todavia, nada impede que esses dados sejam complementados com dados de censos locais como o de favelas, da população de rua e de violência, por exemplo.

### *Dados Territoriais Cadastrais - A Medida do Território*

Os dados territoriais cadastrais indicam a medida da oferta de serviços urbanos nos territórios da cidade. Em geral, são setoriais e encontram-se sob a forma de cadastros. Possuem alcance local e encontram-se nas secretarias municipais, companhias e concessionárias de serviços urbanos, órgãos técnicos e instituições produtoras de dados.

## **2.5. A TOPOGRAFIA SOCIAL DAS CIDADES**

Uma das idéias básicas que fundamenta os estudos sobre as cidades compreende o processo de produção dos espaços urbanos juntamente com o sistema complexo de processos socioeconômicos.

Nas cidades, a interação entre sociedade e território é algo inegável. Podemos dizer que as cidades resultam do uso social, portanto político e econômico, do território cujas características físicas definem as condições materiais e as potencialidades de desenvolvimento desse uso.

A relação entre sociedade e território não é unidirecional, da primeira para o segundo. Trata-se de um interação de mão dupla. Nesse sentido, o território urbano não se restringe ao espaço físico. Não pode ser confundido com um mero receptáculo ou um simples espelho dos processos sociais. O território urbano não é um palco sobre o qual desenrolam-se os conflitos e as interações entre as classes sociais, o governo e o poder econômico. Tampouco é um continente preenchido

pelas relações entre os vários atores de uma sociedade. O território de uma cidade não é um fator inerte cujos recursos, naturais e socialmente construídos, sofrem passivamente as várias apropriações humanas refletindo as desigualdades entre elas.

O território de uma cidade é um conjunto de agenciamentos entre atores sociais, recursos naturais e objetos materiais. Agenciamentos políticos e econômicos que ativam o espaço segundo processos de territorializações que produzem a estrutura intra-urbana dessa cidade.

Como visto anteriormente, os padrões de urbanização das cidades brasileiras são produzidos a partir de agenciamentos atravessados por disputas socioeconômicas pelas localizações urbanas cujo principal resultado é a segregação social. Dessa forma, a relação entre o suporte físico-espacial das cidades e os processos de exclusão/inclusão social em curso é marcada por essas disputas nas quais os grupos mais favorecidos, econômica e politicamente, possuem maiores poderes de agenciamento que potencializam a criação de acessos mais amplos aos benefícios urbanos de melhor qualidade, enquanto os grupos dominados, ao possuir menos poder de agenciamento, encontram menor capacidade para articular seus acessos aos serviços urbanos sendo, desse modo, excluídos de um padrão básico de vida urbana e, conseqüentemente, de um patamar mínimo de urbanidade.

Outro resultado produzido por esse diferencial de poderes de agenciamentos socioterritoriais entre diferentes grupos é a desigualdade social na capacidade de articulação territorial intra-urbana. Isto é, os grupos mais favorecidos, com maiores poderes econômicos e políticos para agenciar acessos urbanos, possuem maior capacidade para articular territórios não somente em escala local mas também global. Portanto, esses grupos possuem maiores recursos para transitar através de diferentes escalas. Recursos que são diretamente proporcionais à sua capacidade de mobilidade.

Já os grupos mas desfavorecidos, com poderes menores para agenciar os acessos necessários ao uso e usufruto da cidade, encontram maiores obstruções e possuem menor capacidade de articulação territorial restringindo a sua mobilidade através de diferentes escalas da cidade e do mundo.

Nesse sentido, podemos afirmar, de forma esquemática, que os grupos que sofrem com os processos de exclusão social possuem menos poder de agenciamento de acessos, menor capacidade de articulação territorial restringindo, dessa maneira, a sua mobilidade através de diferentes escalas urbanas. Já os grupos mais favorecidos pela inclusão social, com poder maior para agenciar seus acessos socioterritoriais, possuem maior capacidade de articulação territorial aumentando a sua mobilidade através das várias escalas urbanas.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este relatório processual descreve as referências conceituais usadas ao longo da Fase I. Revela a postura da equipe face aos problemas apresentados no projeto de pesquisa encaminhado à FAPESP em 2000. Compõe com o relatório de resultados obtidos um panorama do que foram os seis meses de trabalho após o recebimento dos recursos para a realização da Fase I. Ao mesmo tempo, fornece uma base para a continuação na Fase II.